



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



REDES DE DOMINAÇÃO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

PAULO FREIRE MELLO;

PGDR

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

paulo.mello@poa.incra.gov.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Políticas Sociais para o Campo

REDES DE DOMINAÇÃO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

Paulo Freire Mello¹

Grupo de pesquisa 11

Resumo

Situado na região metropolitana de Porto Alegre, com 376 famílias, Viamão é o maior assentamento do Rio Grande do Sul, apresentando uma diversidade de tipos de agricultores, muito dos quais enfrentam dificuldades de convívio com as várzeas (85% da área), com a Área de Proteção Ambiental – onde está totalmente inserido – e com uma área de preservação integral, interna a ele. A necessidade de disputar a água de irrigação do arroz com o consumo humano da região metropolitana, associada à falta de demarcação de lotes e às dificuldades de sobrevivência nas várzeas sem infra-estrutura levaram grande parte dos assentados ao trabalho não-agrícola fora do assentamento e ao arrendamento da várzea para o cultivo do arroz. Visando reverter isto, o INCRA está investindo em infra-estrutura, estimulando uma inovação institucional para gerenciar a distribuição da água, o distrito, e apertando o cerco na fiscalização. A análise etnográfica permitiu avaliar o processo de construção do distrito, observar a diversidade de interesses em jogo, os recursos e disposições dos agentes sociais, focando na prática do arrendamento – por meio de conjuntos-ação centrados nos arrendatários – e numa clique que comanda as ações da associação dos moradores – responsável pela implantação de parte das políticas do INCRA –, e da associação de arroz orgânico. Estes dois planos de análise permitem observar o modo de funcionamento de uma rede de dominação que controla a alocação de recursos escassos dentro do assentamento (e que o perpassa).

Palavras-chave: reciprocidade, arena, capital simbólico.

Abstract

¹ Engenheiro agrônomo do INCRA-RS, mestre e doutorando em desenvolvimento rural, PGDR/UFRGS.
pfreiremello@yahoo.com.br

Located at Porto Alegre's metropolitan area, with 376 families, Viamão is the Rio Grande do Sul biggest settlement, presenting a diversity of farmers types, many of them facing difficulties in the acquaintance with the wet land (85% of the area), with the Environmental Protection Area – where it's totally insert – and with an integral preservation area inside it. The need to dispute the water to irrigate the rice with the metropolitan region human use, associated with the absence of parcel demarcation and the difficulties of surviving in the wetland without infrastructure, turned most of the settlers in urban workers who rent the wet land to other rice producers. Aiming to revert this, INCRA is investing in infrastructure, estimating an institutional innovation to control the water distribution – the irrigation district – and tightening the inspection. The ethnographic analysis has allowed to estimate the process of the district construction, to observe the diversity of interests at play, the dispositions and resources of the social agents, focusing to the renting practice – by means of renter centralized action-ensemble – and to a clique that commands the resident association – responsible for implant part of the public policy – and the organic rice association. These two analysis plans has permitted to observe the way that the domination net works and controls the scarce resources inside the settlement (and what goes through it).

Key-words: reciprocity, arena, simbolic capital.

1 Introdução

Viamão é o maior assentamento do Rio Grande do Sul. Criado pelo INCRA, em 1998, tem uma área aproximada de 9.500 ha, divididas, aproximadamente, em: 2.500 ha de reserva ambiental, 1.000 ha de área alta, e 6.000 ha de área baixa (que, somadas à reserva, perfazem 85% de áreas baixas). Neste mesmo ano, o Governo do Estado criou a Área de Proteção Ambiental (APA) Banhado Grande, ocupando grande parte da Bacia do Rio Gravataí (uma das mais estressadas, do ponto de vista hídrico, do Estado) e abrangendo o assentamento. Em 2002, foi criado o Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos. Esta unidade de conservação é gerenciada pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), cuja área foi cedida para compensar a criação do assentamento. O local é considerado de alto valor ecológico, entre outros motivos por abrigar espécies em extinção e abarcar nascentes importantes de águas que suprem o consumo humano da região metropolitana de Porto Alegre.

Às limitações ambientais impostas pela presença da APA e do Refúgio, à alta incidência de solos hidromórficos e à grande distância das várzeas até os lotes secos para-rurais² somaram-se as dificuldades de implantação do assentamento, tais como a assistência técnica precária, o crédito rural inadequado (e atrasado) para a matriz produtiva proposta, a falta de infra-estrutura, entre outros problemas recorrentes na implantação de assentamentos. Um agravante, neste caso, foi a falta de um projeto de parcelamento completo (foram parcelados somente os lotes para-rurais), com a conseqüente demarcação, que levasse em consideração um lote familiar. Ao contrário, o INCRA, seguindo uma antiga tradição coletivista, optou por considerar que a várzea seria manejada coletivamente. Segundo diversas atas e do assentamento e entrevistas,

²As várzeas obrigam, via de regra, a um manejo difícil e caro. Na prática, ela limita a produção ao arroz irrigado e, marginalmente, ao gado extensivo, a não ser que se invista em drenagem. Em Viamão, um fator de dificuldade adicional foi a distância, que chegava a 20 km entre os lotes secos e os lotes baixos.

este fato facilitou, além do arrendamento³, o excesso de plantio por parte de alguns grupos dominantes e o não acesso por parte de outros.

Um grau considerável de evasão (e a conseqüente venda de lotes), estimada hoje em 32%, fruto das dificuldades relatadas acima e dos conflitos por terra e água, somada à alta incidência de arrendamento e de danos ambientais conformaram as principais “irregularidades” encontradas na área pelo INCRA, resultando na instalação de uma comissão de inquérito. Contudo, as punições ocorreram principalmente nos casos de dano ambiental, devido à influência do Ministério Público e do órgão ambiental, ao passo que, paradoxalmente, alguns arrendatários acabaram sendo regularizados pelo INCRA, em 2004, indicando a força de uma rede de dominação na arregimentação de assentados para que assinassem as atas aprovando a legalização dos plantadores ou mesmo para o acobertamento do arrendamento na investigação da comissão de inquérito. De forma concomitante à comissão de inquérito, o INCRA inseriu Viamão no Programa de Consolidação e Emancipação (Auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária – PAC e, em dezembro de 2005, firmou convênio com a Prefeitura e o assentamento, através da associação de moradores Filhos de Sepé, para a operacionalização dos recursos previstos, perfazendo mais de cinco milhões e quatrocentos mil reais, para a recuperação da bastante colapsada estrutura de irrigação, entre outras ações.

Para além da operacionalização dos programas públicos e da assistência técnica, neste assentamento, e em tantos outros, a mediação também envolve o monopólio de acesso a estes recursos, assim como o controle da possibilidade de corretagem das terras (várzeas, em especial). Neste caso, a disputa também se dá pelo controle de um novo espaço de decisão que tende a institucionalizar as lutas acima sugeridas, o distrito, uma estrutura burocrático-legal que visa captar os recursos federais e gerenciar, entre outros dispositivos, um recurso natural fundamental, a água, para um determinado perímetro dentro do assentamento.

Diante da inovação do distrito de irrigação (pelo menos em nível de INCRA) encontramos oportunidade para uma avaliação da arena de lutas, das redes de relações sociais presentes e de como os agentes sociais se valem de forças, denominadas aqui de capitais (BOURDIEU, 1996), acumuladas em suas trajetórias, para se manter ou ascender socialmente, controlando, forjando ou trespassando as estruturas decisórias, organizadas ou estimuladas pelas políticas públicas, com relações ditas informais. Esta tarefa não exclui, pelo contrário, a análise das práticas e interesses dos mediadores, procurando, contudo, frear a tendência a nos tornar também agentes de violência simbólica, haja vista nossa atuação no local. Neste sentido, além das reuniões e análise documental exaustiva, entrevistamos alguns atores influentes da arena, técnicos e diversos assentados, prospectando sobre os capitais que dispõem e como se posicionam no campo social, delimitado aqui, como o espaço de construção do distrito de irrigação.

Como forma examinar as relações sociais, nos valemos desta abstração da realidade chamada rede (BARNES, 1987), enquanto uma formalização do drama social. Neste sentido, Mayer (1987) propõe uma distinção entre grupos (a exemplo de associações), onde os membros mantêm contratos explícitos entre si, e os quase-grupos, enquanto grupo potenciais, sem estrutura identificável, cujos membros possuem interesses e condutas comuns, baseando pelo menos parte de suas relações em

³Por óbvio que pareça, vale dizer que o arrendamento é uma prática proibida por lei para assentados. Da mesma forma, a parceria com não beneficiários, que, neste caso, surge nos discursos como eufemismo para aquele.

reciprocidade. Com isso, buscamos identificar, dentro e entre os grupos, os principais quase-grupos, como os conjuntos-ação (ver Figura 1) – centrando a análise nas relações entre aproximadamente 15 égos (aqui, os arrendatários), os agenciadores e centenas de arrendadores (a clientela) dentro do distrito –, assim como em torno de uma clique (um conjunto de pessoas que conforma um ego, conforme Figura 2) dentro da associação de moradores e da associação de arroz orgânico e sua relação tensa com parte dos arrendatários e dos arrendadores, à luz de sua participação na cadeia de mediação com o INCRA e o MST. Em suma, para além das estruturas formais (do ponto de vista das políticas públicas) tentamos dar conta dos agrupamentos informais e suas relações de reciprocidade, por hipótese, fundamentais para a compreensão do próprio funcionamento do mundo “formal”, haja vista que é mais importante observar como as pessoas agem do que somente as estruturas a que elas estão submetidas, no sentido da compreensão do porquê grandes assentamentos do sul do país tendem a gerar conflitos de facções.

2 O distrito enquanto política pública

O setor arroteiro gaúcho, como resultado do descenso na política agrícola brasileira, em meados da década de 1980, sofreu um abalo que resultou na bancarrota dos produtores menos eficientes. Em oposição, o Estado de Santa Catarina, através de investimentos em pesquisa e extensão, realizou uma revolução tecnológica, redundando na disseminação do arroz pré-germinado⁴ e assumindo a vanguarda na produção orizícola no que tange à competitividade, processo que, na década de 1990, estimulou a exportação de produtores para aproveitar as oportunidades de negócios representadas pelas várzeas gaúchas.

O assentamento foi projetado para que a área máxima de plantio por família fosse de 3,5 ha, em virtude da escassez de água. Na safra 1998/1999 ocorreu um primeiro cultivo de arroz numa pequena área, mas, a partir da safra 1999/2000, o assentamento passa a gerar grandes produções de arroz. Em 2000/2001, por influência do INCRA e da SEMA, surge uma comissão para gerenciar a barragem, que se dissolve sem obter êxito na gestão das águas. Nesta safra, 20% da área se deu com o pré-germinado, indicando a entrada dos “catarinas”⁵, que vieram alugando máquinas ou como “laranjas” de fazendeiros da região, mas que, aos poucos, foram estabelecendo relações e se instalando no assentamento. A partir daí acirram-se os conflitos internos pelo uso da água, envolvendo os “catarinas” que, mais capitalizados, passam a pagar na região valores de arrendamento de terra e água, cujos valores decresceram com o tempo e com a queda dos preços do arroz, de modo que alguns grandes proprietários da região

⁴Esta técnica possibilita uma maior produtividade (especialmente, pelo controle do arroz vermelho) e um menor consumo de água, porém, com custos iniciais maiores.

⁵ Assim são chamados os arrendatários oriundos de Santa Catarina, responsáveis por grande parte do plantio do arroz no assentamento.

se utilizaram desta situação para financiar a produção destes arrendatários, muitas vezes sem crédito em bancos.

Após a safra 2002/2003 é eleita uma associação (nunca formalizada), mas a nova tentativa de gerenciar a água e cobrar quatro sacos por hectare para a distribuição da água na safra seguinte (2003/2004) não surtiu efeito, entre outros motivos, devido ao boicote no pagamento e ao excesso de plantio. Na anomia em que o processo estava imerso, cada um plantava quanto queria e desviava a água para si, inclusive com o uso de armas. O acúmulo de safras sem manutenção do sistema de irrigação foi gerando problemas crescentes e na safra 2004/2005 (ano de uma das piores secas do Estado), trouxeram à tona, além dos conflitos internos por água e por terra, um conflito ambiental mais antigo e mais amplo, representado por um lado, pela concorrência pelo uso da água na bacia (irrigação, consumo humano, animal e industrial) e, por outro, pela própria presença humana nas proximidades de uma unidade de conservação, o qual é visualizado nas constantes denúncias feitas pelas entidades ligadas ao Comitê da Bacia do Rio Gravataí e nos autos de infração ambiental.

A safra de arroz 2004/2005 ocupou uma área muito grande e contou com um manejo anárquico, resultando na falta de água para muitas lavouras, além de ameaça à unidade de preservação ambiental, uma vez que o nível da água da barragem ficou muito baixo. Por conta disto, a SEMA acionou o Ministério Público Estadual e a Patrulha ambiental para controlar a água na barragem e destruir as trancas dos arroios que abastecem o Rio Gravataí, redundando em altos prejuízos para alguns agricultores. Devido às aplicações de agrotóxicos por avião no entorno do Refúgio e ao seu secamento pelo uso excessivo de água, com conseqüentes incêndios (pois o banhado é composto de turfa), os Ministérios Públicos⁶ exigiram que o INCRA organizasse a gestão das águas. Para isto, assinaram, em 2004, um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, tendo como co-responsáveis os próprios Ministérios Públicos, a Prefeitura Municipal, o Comitê da Bacia do Gravataí e os assentados, onde o INCRA e os assentados assumiram o compromisso público de corrigir os problemas encontrados no assentamento: eliminar os danos ambientais provocados pelo fogo, pelos agrotóxicos e pela escassez de água, segundo este termo, por conta do excesso de uso, arrendamento e venda de lotes.

Responsabilizado em entregar estudos técnicos de dimensionamento da irrigação e dos corredores ecológicos, e obrigando-se, também, a intensificar a fiscalização e concluir a demarcação até março de 2005, o INCRA, mediante convênio com o Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, elaborou um plano de manejo para o perímetro de irrigação, definido para irrigar uma determinada área sem comprometer a Bacia do Rio Gravataí e a unidade de conservação ambiental, o que, junto com a definição de um corredor ecológico, permitiu o licenciamento ambiental. Ao final, o IPH sugeriu a formação de um distrito de irrigação, visto como o modelo mais recomendado para o gerenciamento de projetos públicos de irrigação, conforme legislação federal. Contudo, o INCRA não realizou a demarcação, não conseguiu conter o arrendamento e continuou enfrentando problemas na gestão das águas.

Desta forma, optou-se por um segundo convênio com o IPH para auxiliar na gestão da irrigação na safra 2005/2006. Foram realizados estudos com vistas à

⁶A questão ambiental é da alçada do Ministério Público Estadual, mas como a área é federal, este acionou o Ministério Público Federal.

implantação do distrito e a uma primeira divisão das terras. O projeto de parcelamento ficou pronto em janeiro de 2007 e a demarcação física iniciou-se em janeiro de 2008. Foi estabelecida uma área de 3600 ha para o distrito (dos quais somente 1600 ha poderiam ser irrigados por ano), dividida para 255 famílias, ou seja, onde é possível a irrigação por gravidade. Este processo se deu mediante definição de critérios para a valoração dos lotes (distância da casa ao lote, irrigabilidade, drenabilidade, dificuldade de acesso e capacidade de uso do solo), apresentados e discutidos nos bolsões⁷, onde se contrabalançou com os desejos dos assentados. A referida definição dos lotes da várzea, contudo, deparou-se com os interesses dos quase-grupos ou grupos estabelecidos:

Neste momento [quando o projeto já estava num estágio avançado], os agricultores apresentaram uma nova direção de divisão [das terras], na qual deveria ser respeitada a separação em bolsões, pois isto *facilitaria os trabalhos em conjunto e a manutenção das parcerias* (INCRA, 2006, p. 162, grifo nosso).

Como forma de pressão para acelerar a definição final do parcelamento, o INCRA definiu que os bolsões que não chegassem ao consenso perderiam a vez na escolha das áreas. Assim, refeitos os trabalhos, foram realizadas assembléias para “confirmar” as devidas concordâncias de todos, excetuando o registro de descontentamento de apenas *uma* assentada. Apesar disso, diversos relatos reclamam que o novo projeto inviabilizou a vida de muita gente, na medida em que “tirou o direito” de alguns para a “planta do arroz” (leia-se, o arrendamento). “Ficou desajeitado”, expressão usada por uma assentada – ao lado da denúncia de que passa fome –, caracteriza a centralidade que tem o arrendamento na vida econômica de uma parte considerável das famílias assentadas. Se levarmos a sério o que nos diz o idiota, de Deleuze (aquele que “complica”, que demanda mais participação, pois algo ainda não está bem...), podemos concluir, como fez Stengers (2007), que somente a boa vontade política não dá conta daqueles que não tem voz na arena política. Nem a simples proposição de um ambiente participativo, enquanto elemento central das “liberdades substantivas” (SEN, 2000), é suficiente para dar conta da violência simbólica que permeia estes processos, neste caso tendo como agentes os agenciadores, arrendatários, lideranças e técnicos, quando da apresentação da “proposta viável”.

Já com a safra em andamento, o convênio iniciou a gestão da irrigação de forma precária, ainda que, pela primeira vez, com profissionais a campo. Os contratos de permissão de uso estabeleceram que cada irrigante deveria pagar a um fundo do distrito, com vistas à manutenção e operação da safra 2005/2006, o equivalente a cinco sacos (de 50 kg) de arroz por ha, um valor baixo para situações similares. Contudo, assim como nos anos anteriores, 70% dos participantes não efetuaram o pagamento (quase todos os entrevistados ainda suspeitam de desvio e de mal uso dos recursos). A área plantada efetivamente nesta safra foi 38% menor que a safra anterior, embora não possamos atribuir isso ao início da implementação do distrito, pois podem ter ocorrido outros fatores, tais como clima, custos, mercado, etc. De qualquer forma, aos poucos, a partir de 2006, o INCRA passa da posição de vilão da bacia hidrográfica para a de referência em gerenciamento da água.

Um distrito é uma pessoa jurídica, como uma associação, que se ocupa da irrigação, da obtenção das licenças necessárias, da organização dos projetos e da contratação de pessoas para o manejo de canais e comportas com vistas à correta distribuição e cobrança da água, obrigando quem quiser irrigar a se tornar membro e

⁷ Que eram frações do terreno usadas para o arroz, cada uma com um “líder”, ou seja, uma estrutura relacionada aos conjuntos-ação centrados nos arrendatários.

assinar um contrato. Com estatuto e comissão provisória, ele foi “fundado” em 14/02/2006, cujo presidente seria um membro da clique das associações, mas, devido a mais um boicote dos rivais, em maio – paralelamente às discussões do PAC –, foi eleita uma nova comissão provisória de gerenciamento (demonstrando toda a fragilidade que ainda cercava a proposição, entre elas a falta de controle do pagamento). Apesar disso, a safra 2006/2007 continuou com os mesmos técnicos, mantendo-se uma gerência minimamente adequada do sistema e respaldo entre os agricultores.

Ainda num quadro incerto, em 2007, definiu-se uma outra comissão provisória do distrito, composta inicialmente por alguns líderes dos “grupos do arroz” (alguns dos quais, agenciadores), em parte substituídos pelos próprios arrendatários, aparentemente, devido à inoperância daqueles frente à sempre presente ameaça do INCRA de proibição do plantio, caso não se efetivasse o distrito. Em reuniões ocorridas de junho a setembro de 2007, já em plena objetivação participante – procurando garantir, contudo, uma certa “suspensão” da minha posição na “guerra”, no sentido de conferir aos entrevistados a confiança necessária, e de procurar reconhecer e dominar a sempre presente violência simbólica –, discutiu-se uma nova proposta de regimento do distrito, elaborado pelo INCRA. A idéia era definir quem eram os irrigantes, elaborar os projetos de irrigação para a safra 2007/2008, realizar assembléia da associação para modificar seu estatuto, incluindo no mesmo a comissão de irrigação definitiva e, finalmente, outra assembléia, só com irrigantes, para eleger o conselho de irrigantes desta comissão, o qual deverá contratar uma gerência técnica para os trabalhos a campo.

3 A guerra da água

Diante da necessidade de se avaliar as lutas políticas, ou a luta pelo monopólio do uso dos recursos públicos (esta forma sublimada de guerra civil) que se desenrolam no campo, preliminarmente, identificamos um grupo relativamente homogêneo representado pelos adeptos da agricultura orgânica, conformando uma clique que abarca as cúpulas da associação do arroz orgânico e da associação dos moradores, todos eles descendentes de italianos ou alemães e com origem na pequena agricultura no norte do Estado que acabam, premidos pela insuficiência de terras e tentados pelas propostas ecologistas e coletivistas, ingressando e galgando posições no MST. Percebe-se, entre estes líderes, trajetórias, engajamentos e discursos muito semelhantes (por exemplo, na denúncia – ainda que ambivalente – do arrendamento), havendo também proximidades nas vantagens obtidas para suas famílias e em sua visão de futuro no assentamento⁸.

(...) parecia que, pra quem produz com veneno, quem produz orgânico se torna uma oposição, um inimigo de projeto, quer dizer, é um inimigo de projeto (...) quem usa veneno tem uma concepção de mundo, de vida, ele pensa diferente de quem produz orgânico (...) quem produz com veneno, produz mercadoria; quem produz orgânico, produz alimento (...) ele simplesmente produz lucro, não quer saber da natureza...

Ao discurso clássico da revolução verde, apresentam um contra-discurso relacionando agricultura orgânica e coletivismo, não vislumbrando uma convivência possível entre os dois: “o problema é dois projetos... se tiver um só (...) orgânico e

⁸ Numa espécie de ato oblativo, os agentes da clique, prontos a “dar tudo a um aparelho que lhe deu tudo” (BOURDIEU, 2007, p.194), tendem a se entregar ao aparelho, enquanto “aparelho tornado homem”, com o fervor que é proporcional à falta de capitais fora da instituição, com exceção do presidente da associação de moradores, cujas disposições mais heterodoxas e maior volume de capital cultural parecem permitir-lhe um pouco mais de independência nesta relação.

agronegócio (...) como trabalhar dois projetos? (...). não tem como (...) um deles vai frustrar (...) essa é a briga (...) só um tem que funcionar”. Nesta esteira, vangloriam-se de ter arregimentado o “melhor deles” (o presidente da associação dos moradores), do projeto da “morte” para o projeto da “vida”.

O presidente é uma personagem estratégica e que tem convicção clara (...) ele não passou pelo acampamento (...) não tem a vida de um assentado (...) ele se diferencia no método, mas isso não afasta por causa que ele tem uma intenção, ele é parceiro neste projeto (...) ele.. eu conheci ele na prática do dia a dia.. do que ele faz de fato (...) ele tem uma rejeição aqui dentro [fala pausado] ele é professor e ganha um bom salário, mas ele tem amor a este assentamento (...) e ele não tem nenhum interesse de se promover, pessoal, econômico, porque ele podia muito bem cuidar da profissão dele e estar numa boa (...) pra mim, enquanto não prove o contrario ele é honesto, sério, eu hoje assino um cheque em branco para ele (...). não é a visão do assentamento. Da grande parte do assentamento (...) aí você tem que entender como se constituiu as instancias aqui dentro...

Numa relação tensa com o pessoal do “agronegócio” esperam que o INCRA puna seus inimigos dentro do assentamento para que se viabilizem as associações, o distrito, e, inclusive, que os proteja contra os ambientalistas do Comitê da bacia que “querem mais é que se pare de plantar arroz”. O domínio desta clique no espaço de mediação com o INCRA e os recursos públicos é também resultado de um *habitus* específico, forjado na longa trajetória destes agentes dentro do MST e outros movimentos.

Em tom de denúncia, os relatos indicam que o processo de agenciamento se efetivava na medida em que o *habitus* militante possibilitava o trânsito entre os mediadores governamentais, plantadores e os assentados: “O assentado se sente incapaz de fazer negociação direta com o plantador, ele simplesmente aceita essa pessoa (...) a prática do agenciamento continua, eles passam nas casas e pegam o nome de cada um (...) o plantador não quer fazer esse papel de cuidar do caderno”. E este “poder mágico” do caderno do agenciador se concretizava na medida em que a lista de nomes era convertida num “projeto de lavoura” aprovado por comissão de técnicos do INCRA, assistência técnica e órgão ambiental.

Para a clique, tudo se passa como se as mais de 300 famílias, que não fazem parte das associações, só pudessem dar sua contribuição, no máximo, via núcleos do MST – seja por serem arrendatários (descritos como aqueles que boicotam o distrito e o PAC), seja por serem assentados que trabalham fora, arrendam o lote e, portanto (concluem), não vivenciam os “problemas” do assentamento –, situação que justificaria a condução do processo rumo ao coletivismo, cujo mote parece ser o projeto do arroz orgânico. Ainda que para alguns “o mal necessário” (pois apresenta um risco maior), este arroz tem sido certificado e vendido – embora nem sempre como orgânico –, para a CONAB⁹, que paga um bom preço, por meio de contrato com a cooperativa regional do MST, tornando atrativa a sua comercialização por esta via e um trunfo para a associação do arroz ampliar a área e o número de participantes.

Por outro lado, ocupando posições do tipo dominante-dominado, algumas lideranças secundárias atestam a difícil conciliação do *habitus* camponês com a estrutura de núcleos do MST (“o pessoal não se reúne”), embora apresentada (e naturalizada) como imposição do Poder Público. Alguns deles, enquanto coordenadores de núcleo (que o “PAC exigiu”), não escondem seu desconforto frente ao não repasse de informações sobre o PAC, cujas reuniões esvaziadas (“é uma coisa pra não ir ninguém”)

⁹ Companhia Nacional e Abastecimento, órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social que operacionaliza um programa de compras de alimentos da agricultura familiar.

e falta de definição sobre a filiação na associação estariam promovendo um grande descrédito. Um dos coordenadores de setor e membro do conselho dos irrigantes é atualmente a principal liderança de “oposição”, conformando o contraponto à dominação da clique das associações. Também oriundo do norte do Estado, filho e irmão de ex-lideranças e ex-arregimentador de sem-terras para o MST, acumulou capital político e, aparentemente, capital social, suficientes para arregimentar parcela importante dos assentados. Mesmo procurando demonstrar seu (questionado) engajamento no MST, avisa: se hoje está “na oposição” é porque escolheu ficar do “lado do povo”. Reclama de intransigência por parte da associação e afirma que 90% do que se imagina ser 150 irrigantes quer mudar a associação, por isso, a direção não teria encaminhado sua filiação.

Um aliado seu, coordenador de igrejas evangélicas, demonstra algumas das diferentes bases de operação de um conjunto-ação (Figura 1) centrado no arrendamento, neste caso, calcado também em relações religiosas e de parentesco, associadas a relações comerciais e políticas, para viabilizar o cultivo do arroz pela principal família plantadora do assentamento, em oposição à facção ligada ao MST. A estratégia de vida deste assentado representa, excetuando seu papel de liderança religiosa, o estilo de vida mais comum hoje no assentamento, com o arrendamento da várzea, pequenos cultivos na área seca e, fundamentalmente, trabalho não-agrícola no entorno do assentamento. Além disso, o que já havíamos constatado antes (MELLO, 2006a), presenciamos o distanciamento do MST, estabelecido pelos evangélicos, e sua capacidade de arregimentamento dos assentados para outros projetos. Outro fenômeno marcante é a preponderância do parentesco e compadrio na vida social dos assentados, em detrimento de uma postura cívico-militante sugerida pelo MST.

Vou ser bem sincero (...) eu participo de reuniões aqui, até cedemos nosso salão [da igreja] (...) mas, quando é de abusar, aí a gente não quer (...) nos perguntaram porque não participávamos de manifestações (...) mas, quando é baderna, não conte comigo, eu não participo, se for desordem, eu não contribuo (...) a gente não se sente bem neste tipo de coisa (...) agora eles não vem cobrar mais...

Embora, quanto ao PRONAF, admite que sempre estiveram à mercê do MST: “Isso foi outra coisa, eles sempre tiravam uma beirada (...) muitos créditos saíam e eles ameaçavam, faziam uma coisa “armadilha” que não tinha como não pagar (...) senão não entregavam projeto”. Questionado sobre a possibilidade de trabalhar na várzea, é pessimista:

Mas, de fato, na lavoura aqui, vou ser sincero, não tem condições (...) uma que é distante. Todos os meus irmãos têm carro, só que fazer 30 km, ida e volta... (...) eu fiz uma casa lá, botei uns negócios lá e, por umas quatro vezes, arrombaram e levaram tudo, então eu tenho que levar o acampamento (...) não tem luz, não tem água... aí é aquele problema... [cita, posteriormente, todo o risco e necessidade de investimento que envolve a agricultura].

Se eu tivesse um padrinho

Pioneiros no cultivo do arroz no assentamento, certo membro de um grupo familiar mostra-se ressentido com os resultados do distrito, os quais acabaram por impossibilitar o cultivo de arroz. Cético quanto ao PAC e às associações, lamenta não ter um padrinho, indicando a força das relações de reciprocidade assimétricas neste contexto.

Essa associação é assim ó, ela é mais por causa do [membro da clique], da associação (...) o pessoal, vou dizer a verdade, muitos ficaram com um pé atrás por causa dele, ele queria mais cooperativismo e ninguém quer cooperativismo (...) acha que cooperativa não funciona, então muita gente fica com pé atrás com ele, muita gente entrava na associação (...) ele sempre puxou muito pro lado dele, ele é muito autoritário, ele que sabe, ele que consegue, ele que faz tudo,

então o pessoal tem um pé atrás (...) é só perguntar pra um e pra outro (...) [e sobre o presidente] ele fala bonito (...) está lá porque é professor [mas] não conhece nada de assentamento...

Até isso tiraram de nós

Um dos 12 ex-peões da antiga fazenda que assumiram um lote, este agente, ao lado da esposa (que costura “pra fora”), é um típico “brasileiro”, na alteridade com os imigrantes. Possuidor de uma trajetória voltada para a lida com gado (e, secundariamente, arroz), reclama de não estar no distrito (“até isso tiraram de nós”). Questionado sobre as reuniões do PAC, responde que não gosta muito de ir a reuniões e reclama da “panelinha” (referindo-se a clique estudada). Imerso no mundo da reciprocidade e da tradição, apresenta duas características peculiares: é campeão de laço (tem uma parede cheia de troféus, competindo até hoje, nos seus 68 anos) e pai de santo, formado em umbanda e quimbanda (algo constrangido em revelar esta segunda, mais estigmatizada). Este agente é apresentado aqui para ilustrar o tipo dominado, com referências distantes dos colonos do norte (o laço, a alusão positiva aos grandes proprietários e aos “catarinas, gente trabalhadora”), e adepto da prática do arrendamento, onde compôs diversos conjuntos-ação.

Os discursos, desde os membros da clique até daqueles tidos como marginais à disputa política interna, permitem constatar que os assentados mostram-se temerosos (e céticos quanto ao INCRA) quando a questão é o distrito, frente ao poderio econômico dos arrendatários, sua capacidade de arregimentar os assentados e de impor, inclusive, violência física quando o assunto é o controle da terra e da água. Alguns membros de “oposição” (mesmo que não necessariamente aliados entre si) do conselho dos irrigantes fazem o discurso de defesa dos “catarinas” e apontam a “culpa” pelos problemas no gerenciamento do distrito aos próprios assentados que não querem pagar a taxa da água e que, afinal (depreende-se de pelo menos uma das falas), necessitam dos serviços de “negociação” (agenciamento), pois seria um pessoal “enrolado” que não sabe “se determinar”.

Mesmo negando, depreende-se da fala de um arrendatário “catarina” que sua entrada no assentamento se deu mediante uma rede de relações e não ao acaso. Ou seja, algumas famílias de arroseiros vieram, de Santa Catarina, trabalhar com arroz numa localidade de Viamão, conheceram o assentamento (que é bastante atrativo para este fim) e estabeleceram relações econômicas no cultivo do arroz, quando parece ter se iniciado a conformação dos conjuntos-ação que viabilizaram sua ida a um acampamento do MST, possivelmente, objetivando a obtenção de algum lote ali, onde passaram, posteriormente, a concorrer entre eles mesmos. Um deles, negando a existência da figura do agenciador e reclamando dos boicotes nas experiências anteriores de gestão das águas, acaba, ao fim da entrevista, revelando seu desejo empresarial (que, de resto, parece ser de todos os arrendatários): esta *fazenda* só tem um pedacinho plantada” [ou seja, se o INCRA deixasse, poderiam plantar bem mais na *fazenda*...].

Em Viamão, alguns arrendatários e agenciadores se movimentavam no sentido de ocupar os fóruns de discussões e as instituições propostas para manter seu espaço de dominação. Paralelamente, se valem de boatos para disseminar insegurança entre os assentados e, com isso, procurar barrar as ações de gerenciamento e demarcação propostas pelo INCRA (ainda em abril de 2008, em plena demarcação, os marcos estão sendo arrancados...). Os arrendatários formam um elo intermediário de uma cadeia de dominação que começa no capital financeiro e se valem do seu capital econômico para arregimentar agenciadores dotados de capital social e político (basicamente obtidos na militância dentro do MST) para, com isso, permitir sua inserção nas políticas públicas.

Ainda que preliminarmente, nos parece que as trajetórias dos agenciadores lhes permitem construir relações de lealdade, por meio de reciprocidade (ainda que mesclada com relações mercantis), nascida, às vezes, ainda no acampamento ou mesmo no assentamento, quando da participação na legitimação de lotes comprados, do acesso a outras políticas, ou mesmo nas “ajudas” oferecidas à comunidade. Ocorrendo de forma assimétrica, tais relações e reciprocidade configuram-se como patronagem¹⁰.

A análise da dominação, todavia, não obscurece a necessidade de percebermos coalizões simétricas, por meio de reciprocidade, com vistas à consecução de interesses em comum, inclusive econômicos. Definindo o enraizamento (*embeddedness*) como o resultado do capital social obtido em relações calcadas em confiança, por meio do que ele chamou de laços fracos (em oposição aos laços fortes, representados por parentesco, estes não são o resultado de relações diretas de reciprocidade), Granovetter (1985) frisa a diminuição do custo de transação nos empreendimentos como um resultado palpável destas redes. Idéia recorrente nas entrevistas, na linha de um laço fraco, é a contratação de uma empresa não ligada a nenhuma facção para gerenciar o distrito, vista como essencial para impor respeito e evitar o que são tidos como os desvios de recursos.

De outra maneira¹¹, mas ainda mais focado nas simetrias do que nas assimetrias (tema recorrente em Bourdieu), Sabourin (2004), estudando reciprocidade em comunidades rurais brasileiras, observa seu potencial na geração e reprodução de valores humanos nestas redes, tais como a confiança, solidariedade, responsabilidade e reputação. Neste sentido, de forma semelhante ao que se implanta no assentamento Viamão, deve-se questionar em que medida os dispositivos propostos terão o poder de estimular relações de reciprocidade positivas e de conter a patronagem, haja vista que estas, em vez de aliadas, podem se tornar obstáculos ao desenvolvimento, como bem alertam Das Gupta *et al* (2000) quanto ao risco da “captura local” dos programas públicos, na perspectiva de uma aliança Estado-comunidade, especialmente diante de redes assimétricas.

A análise à quente proporcionou-me acompanhar diversos debates na comissão provisória, especialmente aqueles relacionados a quem teria direito à água e a terra, onde os argumentos “técnicos” eram pretextos para coadunar com os interesses dos grupos, na tentativa de isolar os adversários nos fóruns decisórios (em especial, a associação de moradores e o conselho dos irrigantes, que a compõe). Ainda sobre o direito de voto na assembléia para eleger o conselho, a definição do público envolvido, se todos as 255 famílias residentes no distrito, defendida pelo líder da oposição (possivelmente calculando que assim teria mais adeptos), ou só quem iria plantar este ano, defendida pelo presidente da associação (cuja trajetória e respaldo do INCRA lhe propicia poder simbólico suficiente para, nas reuniões, exercer domínio sem confrontação direta), teve desfecho positivo à clique. Quanto aos projetos de lavoura, foram avaliados por uma comissão composta pelo INCRA, assentados e técnicos, definindo-se algumas regras, o que também não passou sem embates, onde o líder da “oposição” apresentava, freqüentemente, mais flexibilidade que aqueles ligados à associação, tentando evitar o pagamento da água e alongar prazos (possivelmente esperando uma flexibilização do INCRA, como a ocorrida no ano anterior – o que não se efetivou desta vez). A direção da associação, legalmente responsável pelo

¹⁰Na década de 1950, autores como Faoro (2001) e Wolf (2003) já haviam explorado o tema.

¹¹ Ou seja, valendo-se da abordagem que opõe intercâmbio mercantil à reciprocidade, a qual que preferimos por tornar a conceituação mais precisa.

empreendimento da irrigação, se cercava de cuidados, usando de “formalidades” para garantir sua posição dominante.

A pequena participação e o aparente descrédito, por parte de membros do conselho, na operacionalidade e na eficácia distrito, além do recrudescimento dos questionamentos sobre o parcelamento e a cobrança, demonstram o fraco engajamento dos agentes neste processo. De qualquer modo, com o término do prazo para renovação da licença ambiental, para a demarcação final e para o funcionamento do distrito, o INCRA promoveu uma intensificação das ações, com vistas à efetiva concretização do distrito, relacionada à cobrança pelo uso da água dos anos passados, à aprovação do regimento do distrito e à contratação da equipe técnica para sua operacionalização. Em agosto é feita a assembléia dos irrigantes, com pouca participação e cuja chapa vencedora representou uma composição das duas “facções”, com uma aparente proeminência da oposição, embora o regimento interno aprovado submeta o conselho dos irrigantes à direção da associação.

Para os líderes da oposição, os investimentos do PAC estariam ocorrendo sem discussão e com prioridades equivocadas. Além disso, manifestavam-se ora contra a proibição dos agrotóxicos, por parte do Ministério Público Federal¹², mas atribuídos a clique e suas relações com o INCRA, ora acusando a associação de arroz orgânico de o aplicarem. Nos atos políticos, ao longo dos últimos anos, a principal liderança valeu-se dos métodos incorporados na sua trajetória pelo MST, a exemplo do trancamento de máquinas e “seqüestro” de servidores¹³, o que levou o INCRA torná-lo alvo preferencial de ações de “regularização”. O que se descortina é que as diferentes motivações nos protestos só são inteligíveis dentro de uma oposição maior entre as facções, cujos pretextos variam, circunstancialmente, com as estratégias, dependentes da posição social e da configuração de capitais dos agentes envolvidos.

Para o presidente da associação de moradores, a proibição dos agrotóxicos foi de grande importância, pois, assim entende, corroe o poder dos agenciadores (se não conseguem evitar o pior, então passam a ser dispensáveis) e tornou mais difícil a vida dos grandes plantadores (que, aparentemente, não se interessam em encampar o risco que a agricultura orgânica implica). Apesar disso, estava descrente com a eficácia da fiscalização (vale dizer que são poucas as denúncias quanto às aplicações de agrotóxicos, haja vista o receio de represália e o fato de que *quase todos usam agrotóxico*). Paralelamente, os Ministérios Públicos, INCRA e SEMA (com a participação, algo ambivalente, da associação de moradores) decidiram “endurecer o jogo” através de uma operação com as Polícias Militar e Federal e de uma comissão de sindicância para investigar o cumprimento do TAC quanto ao uso de agrotóxicos, plantio não autorizado pelo INCRA, venda de lote, arrendamento e danos ambientais de um modo geral. A operação ocorreu entre o final de 2007 e o início de 2008, onde, previamente, já dispunha de um juízo quanto às lideranças “positivas” e “negativas” (embora eventualmente algumas lideranças “positivas” também tenham, historicamente,

¹² Outro quesito arrolado pelo IPH, conforme a lei que regula o cultivo em zonas de amortecimento ao longo de áreas de conservação, era que o assentamento deveria adotar o cultivo orgânico até que se elaborasse o plano de manejo do Refúgio (pendente até hoje). Para isso, sempre se propôs uma transição, que nunca ocorreu, até que, em 2007, os Ministérios Públicos resolveram proibir o uso de agrotóxicos de vez no assentamento, de modo que, em janeiro de 2008, a licença ambiental saiu com este gravame.

¹³ Em julho de 2006, ele organizou um grupo de assentados para “pressionar” o INCRA e não pagar as contribuições do arroz, fato que acabou envolvendo a Polícia Federal.

praticado o arrendamento). Entretanto, um balanço destas ações ainda se mostra prematuro, até porque a comissão de sindicância ainda está em andamento.

Os debates evidenciam a dificuldade de separação das configurações sociais “formais”, tidas pela clique da associação como somente para “resolver o problema legal e, não, político”, daquelas “informais”. A clique é fortemente ligada ao MST (possui diversos membros atuando nas cooperativas do MST, o que os possibilita intermediar os recursos do INCRA dentro do assentamento), cuja estrutura é tida como *a que importa*, com seus núcleos e coordenação. Em maio de 2008 haverá eleição na associação de moradores, cuja cobiça é proporcional aos vultosos recursos que ela administra. Atualmente dominada pela clique, se articula ao MST e procura se manter ao abrigo das sempre arriscadas assembléias e eleições (um membro da clique afirma preferir o “método cubano”, pois é mais democrático. Para outro, “o PAC é diferente do RS RURAL [outro recente programa de desenvolvimento do Estado], onde cada um escolhia o que queria”). Para eles, as ações (do PAC, por exemplo) têm que ser definidas nos núcleos e não nas assembléias. Contudo, os abalos na *doxa* do MST são percebidos na advertência: “se o núcleo for só para discutir produção [referindo-se à necessidade de se discutir também as lutas, contribuições para as marchas, etc.], então tem que decidir se quer ou não participar do MST” (e acessar aos recursos oriundo desta mediação...).

4 Estilos, estratégias e dominação

O assentamento foi estudado como um palco imerso num palco maior onde se desenrola um conflito sócio-ambiental. A Bacia Hidrográfica abastece importantes cidades e a falta de água implica em conflitos diretos com os arroteiros. Apresentamos alguns elementos deste conflito sem, evidentemente, esgotá-los, haja vista sua amplitude e complexidade, de modo que o tema fica no aguardo de aprofundamentos futuros, até porque, ainda não foi elaborado o plano de manejo da Bacia, nem da APA, nem do Refúgio. Por conta desta limitação, o Comitê (assim como o próprio INCRA) foi visto aqui como um ator e não (como de fato é) uma arena.

Situações em que está em jogo a presença ou o compartilhamento de espaço com unidades de conservação podem ensejar medidas que superem o ideário preservacionista, onde parece se enquadrar, com exceções, os agentes dos órgãos ambientais em questão. Dentre aquelas, a instalação de ambientes de participação para compatibilizar o convívio com o meio ambiente, sob pena de nos deparar com uma situação de eco-exclusão (AMÂNCIO *et al*, 2007), algo sempre presente ali, ainda que no plano das ameaças (a proibição da irrigação, por exemplo). Desta forma, o reconhecimento do distrito no Comitê poderá gerar um reposicionamento dos assentados numa situação menos inferiorizada simbolicamente frente ao Estado e aos outros agentes (é sintomático que, chamado de “Filhos de Sepé” pelo MST, o assentamento tenha recebido a alcunha, no INCRA, de “Filhos de Satã”).

No perímetro do distrito, quanto às suas configurações internas, propriamente, o que emerge é uma diferenciação de interesses e estilos de vida, representados por, pelo menos, quatro tipos: o *primeiro tipo* é composto pelas famílias que arrendam as terras para o cultivo do arroz (a maioria), com variados estilos de vida, mas que, via de regra,

passam por algum grau de pluriatividade¹⁴, fruto de uma reconversão forçada. Há uma diversidade de relações de produção ocorrendo aqui, tais como parcerias e arrendamento individual, sendo mais comum o arrendamento agenciado de forma coletiva, não necessariamente todos os anos, por vezes envolvendo ex-coordenadores do MST e membros do conselho dos irrigantes. Entretanto, os desdobramentos das ações do INCRA podem ampliar e consolidar o incipiente grupo daqueles que não pretendem cultivar arroz e sim drenar e, eventualmente, irrigar outros cultivos.

O *segundo tipo* é composto por um pequeno número de agricultores, aproximadamente, 30, que, em alguma medida, estimulados pelo INCRA, plantam arroz irrigado por conta própria em regime familiar ou coletivo. Seus principais representantes são os agricultores ligados à associação de arroz orgânico, como vimos, estreitamente vinculados ao MST¹⁵. Uma melhor caracterização deste tipo (que pretendemos fazer futuramente) se mostra fundamental para dar conta da prospecção de saberes-fazer necessários para fazer frente à dura realidade representada pelo alto contingente de assentados padecendo em áreas de várzeas no Estado.

O *terceiro tipo* é representado por, aproximadamente, 20 arrendatários, compondo os principais egos dos conjuntos-ação. Destes, sete conformam uma família (e plantam mais da metade da área), mas que possuem laços desde o acampamento com pelo menos mais dois, onde não descartamos a possibilidade de uma configuração do tipo clique (embora estes dois estejam, aparentemente, num processo de aproximação com a clique das associações). São agricultores capitalistas ou em transição, assentados ou não, que encontraram oportunidade de boa rentabilidade, devido à proximidade de Porto Alegre, a uma grande quantidade de terra e água e às indefinições dominiais.

O *quarto* é um pequeno e heterogêneo tipo formado pelos agenciadores do assentamento que, lançando mão de diferentes capitais e de posições privilegiadas (um deles era coordenador do MST, outros são membros do conselho dos irrigantes), além de arrendarem suas terras, foram peças-chave para a conformação dos conjuntos-ação encabeçados pelos arrendatários, embora o sejam em cada vez menos intensidade, na medida em que os arrendatários se enraízam nos assentamentos e os dispensam na tarefa de arregimentação.

Nos quatro grupos, quase todos apresentavam alguma forma de pluriatividade. Uma oportunidade sempre presente nos relatos é a produção de especialidades (hortaliças, frutas, etc.) combinada com o incremento de atividades não-agrícolas, enquanto alternativa de reprodução social da agricultura familiar, confirmando uma situação já constatada nos assentamentos próximos a Porto Alegre (MELLO; MIELITZ NETTO, 2005; MELLO; SANTOS, 2007), ou seja, as maiores oportunidades no entorno, associadas às dificuldades de produzir e morar nas várzeas parece se combinar para a adoção de estilos de vida adaptativos a estas contingências e potencialidades. Recente sondagem feita pela assistência técnica num setor do assentamento constatou que todas as famílias assentadas ali são pluriativas. Ploeg *et al* (2000) propõe a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural por meio de uma

¹⁴ Segundo um ex-técnico da COPTEC, na época (safra 1999/2000), grande parte trabalhava fora, especialmente na Cervejaria Brahma. Atualmente, observamos uma generalização do trabalho fora, basicamente não-agrícola. Outra pesquisa (KEPELER, 2004) mostrou que somente 4,2 % dos assentados são originários da região metropolitana de Porto Alegre, sendo a maioria oriunda do norte do Estado, de municípios onde a agricultura é a atividade central, o que coloca em dúvida as freqüentes afirmativas de que o “problema” seria seu perfil urbano.

¹⁵ A etnografia ainda não nos possibilitou averiguar as reais relações de produção dentro da associação do arroz orgânico, não se descartando a inclusão de alguns em outros no tipo 1, 3 ou 4.

redefinição das identidades e estratégias dos agricultores familiares rumo às atividades não-agrícolas e à multifuncionalidade das propriedades rurais, abrindo um campo interessante de pesquisa para este assentamento, mas que foge do escopo deste texto.

Aparentemente, os arrendatários e os agenciadores são os que mais tendem a se afastar de qualquer proposta de distrito, de regulamentação ambiental ou produtiva, mas, premidos pelas circunstâncias, são exatamente estes (embora não os maiores) que ocupam postos-chave no conselho de irrigantes. Isto é representativo de que podemos estar diante de uma certa “institucionalização” de redes de dominação, que parece se dar pela combinação de relações de patronagem (é visível o reconhecimento e a dependência, por parte dos assentados, da capacidade de trabalho e das “ajudas” dos “catarinás”) com o intercâmbio mercantil. Cabe dizer que esta “cadeia de dominação” envolve também a compra dos produtos e o fornecimento de crédito e insumos por grandes engenhos da região. Outro exemplo é o adiantamento do valor do arrendamento (que é recebido na safra) aos donos de lotes em dificuldades financeiras, a preços baixos (espécie de agiotagem), por parte de agentes mais capitalizados, tudo feito “no gargalo”, como revela um membro do conselho do irrigantes.

Dispondo de uma grande extensão de terras férteis e planas, com abundância de água e razoável infra-estrutura, as várzeas do assentamento apresentavam uma peculiaridade que parece ter se tornado uma oportunidade adicional de ganhos: a insegurança dominial, típica de assentamentos e agravada pela falta de demarcação, facilitou o controle de grandes extensões de áreas por aqueles agentes que dispunham de capitais (principalmente econômico, no caso dos arrendatários; social e político, no caso dos agenciadores) para assegurar uma certa hegemonia do espaço de corretagem destas áreas. Tais capitais também foram mobilizados para a inclusão dos arrendatários no assentamento (através da assinatura dos assentados na ata de aprovação daquelas famílias que já vinham “ajudando”), passando a competir com aqueles (poucos) arroteiros originais do assentamento. Em outras palavras, alguns conjuntos-ação também objetivaram a “legalização” de seu agente central.

O preço do arrendamento dá visibilidade à dominação e parece variar com o preço do arroz, com o risco de proibição do plantio e com a disponibilidade de água. Esta, por sua vez, é o reflexo da infra-estrutura, do clima e das lutas travadas na Bacia do Gravataí, arena onde se disputa o grande tema ambiental. Dentro do assentamento, o preço tende a ser menor, indicando que o risco da indefinição dominial leva os agentes a contorná-lo mediante a incorporação em seus custos a construção de relações, formais ou não, entre eles e com as instituições públicas. Um arrendatário condiciona o valor do arrendamento à possibilidade de se manter na mesma área, diante da insegurança quanto às regras.

A dimensão do atraso na demarcação (nove anos) mostra que, para além das dificuldades do INCRA em gerenciar este tipo de procedimento¹⁶, e embora seja uma ambição da grande (mas, dominada) parte dos assentados, talvez a demarcação não conte com o esforço dos arrendatários e agenciadores, na medida em que podem estar se beneficiando de uma relativa insegurança dominial. Além disso, e diversas entrevistas

¹⁶ As questões puramente administrativas ou até de política interna do INCRA conformam um tema tão vasto que não cabe neste texto, embora possam ser alcançadas, ainda que de forma limitada, em Mello (2006b), assim como em Abramovay (2005), cuja hipótese foca no formato institucional do INCRA que tende a diminuir a eficiência dos gastos públicos, alertando que o princípio republicano deve imperar diante dos movimentos sociais.

confirmam, não era prioridade para o MST, sempre em prol de um coletivismo viabilizador de sua hegemonia.

A segurança dominial se amplia na medida em que o distrito toma corpo e a demarcação se efetiva (prevista para outono de 2008), permitindo um acesso mais transparente à várzea. Em concomitância, os projetos produtivos do PAC podem ampliar as possibilidades de cultivo das áreas baixas com outros sistemas produtivos. Assim, o arrendamento poderá ser valorizado pelo aumento da concorrência por área, na medida em que as iniciativas econômicas dos assentados sejam desbloqueadas das contingências ambientais e de infra-estrutura. Mas isto é, por enquanto, uma hipótese. O fato concreto é que há um desejo quase universal de arrendar a várzea para o plantio do arroz, podendo propiciar a capitalização necessária para viabilizar o plantio por conta própria ou, por outro lado, funcionar como estratégia de sobrevivência de longo prazo, enquanto um complemento de renda aos trabalhos não-agrícolas.

Fornecendo as principais lideranças das duas associações e do MST, a clique acumula capital econômico e político, o que facilita o trabalho de “convencimento” dos assentados (embora a força policial continue a ser um aliado indispensável), de modo que, é o MST quem tem larga vantagem no domínio do espaço de mediação¹⁷, cabendo aos agentes concorrentes, de alguma forma, se balizar por esta organização, cujo *habitus* moldado ali permite aos agenciadores e lideranças realizar um papel importante frente a arrendatários “estranhos” e que teriam, por isso, dificuldade de sobreviver nesta nebulosa fronteira entre o espaço público e privado que representa um assentamento. Na perspectiva de um mundo conexionalista, intuído por redes (BOLTANSKI; CHIAPPELLO, 1999), tanto na clique quanto entre os agenciadores e arrendatários, observa-se um pequeno número de agentes se movimentando e amarrando as relações, por meio do controle dos elos vitais da rede para lhes permitir maior mobilidade e auferir lucros simbólicos ou econômicos, não distribuídos àqueles pequenos que contribuem para esta amarração, ou seja, os arrendadores, agenciadores menores e assentados em geral.

As disposições adquiridas pelos agentes, cujas diversas origens, podem estar condicionando um acúmulo e composições diferenciados de capitais, os leva à adoção de diferentes estratégias de manutenção do status social, onde a ação da *illusio* (BOURDIEU, 1996) viabiliza as práticas sociais, entre elas, a participação das instâncias de construção do distrito de irrigação e da associação. Ou, ao contrário, as tentativas, mais ou menos veladas, de corroer estes espaços de poder em construção, encaminhando suas ações para outros espaços sociais, como o MST ou redes de dominação informais e econômicas, cujo “cálculo” pode pender para situações sem regramento, como as que vigoravam antes das tentativas de implementação do distrito (é notável que alguns arrendatários louvem que a produção de arroz de suas localidades de origem, em Santa Catarina e em Camaquã, seja viabilizada por sistemas eficientes e bem cobrados de gestão das águas, ao passo que, em maior ou menor medida, boicotem a sua implementação em Viamão). De outro lado, a baixa participação dos arrendadores neste “jogo” e o investimento em trabalho fora dos lotes revelam o ajuste de suas esperanças subjetivas de ganho, adaptadas aqui ao que parecem ser suas escassas chances objetivas de êxito internamente.

¹⁷ Também utilizando a teoria de Bourdieu, Navarro (2006) analisou como o MST, ao mesmo tempo em que rompeu com o desconhecimento da dominação capitalista no campo, engendrou novas formas de dominação simbólica por meio do leninismo de sua militância.

Uma última questão ao que pode ser uma expectativa do PAC: que os assentados encontrem condições para plantar nas várzeas, de forma orgânica, deixando de trabalhar fora e de arrendar. Dentre as ações desenvolvidas, sublinhamos a forte idéia de desbaratar alguns conjuntos-ação, por meio da força policial e judicial. Na linha do desvelamento – conhecer para não reconhecer e deixar de ver a violência como destino (BOURDIEU, 2004) –, deve-se considerar que tais conformações apresentam-se com uma notável invisibilidade, apesar de, como vimos, bastante efetivas, na medida em que funcionam com lógica próprias, baseadas em relações de reciprocidade. Relações que abarcam dimensões profundas que traem um olhar apressado diante de um possível – talvez, provável – recrudescimento das mesmas configurações, ainda que com novos egos encabeçando-as, podendo vir a comprometer este grande dispositivo de re-inserção e retecimento de elos, a reforma agrária.

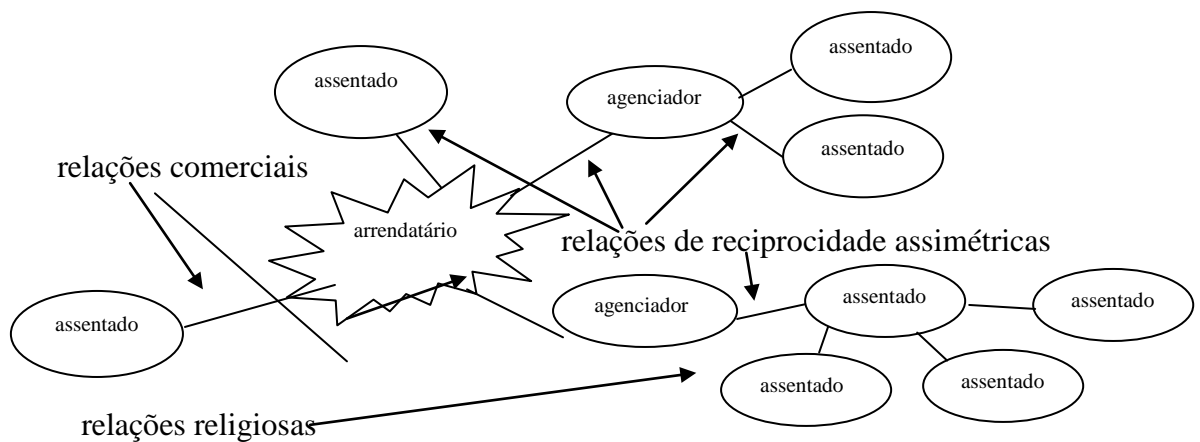


Figura 1. Exemplo de um conjunto-ação de um arrendamento centrado num arrendatário.

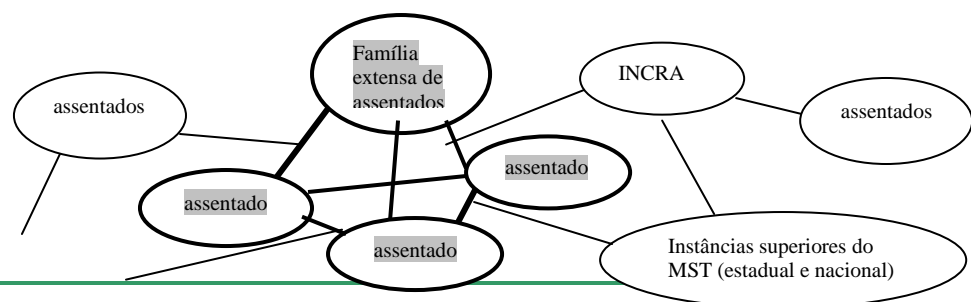


Figura 2. A clique (em negrito) e suas relações com assentados e INCRA por meio do MST e das associações.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, P.M. (Org.). **Economia Brasileira – Perspectivas do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. CAVC, 2005. p. 355-375.
- AMÂNCIO, C.; AMÂNCIO, R.; RIBEIRO, K. O. Populações tradicionais e preservação ambiental no Pantanal Sul Matogrossense: um dilema entre a promoção do ecodesenvolvimento ou criação de eco-vítimas. In: I Encontro de Ex-alunos e alunos do CPDA, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CPDA, 2007. Não paginado, CD ROM.
- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B.(Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global,1987. p.159-193.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Ed. Papirus, 1996.
- _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **Meditações pascalianas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 324 p.
- DAS GUPTA, M.; GRANDVOINET, H.; ROMANI, M. State-community synergies in development: laying the basis for collective action. **Policy research working paper 2439**. Washington: World Bank, set 2000.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3A ed. São Paulo: Globo, 2001.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddness. University of Chicago. **American Journal of Sociology**, Volume 91 Number 3, november, 1985, p. 481-510.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Processo administrativo **54220002089/2006-87**. Porto Alegre, 2006.
- KEPELER. **Relatório de pesquisa sobre as famílias de agricultores do assentamento Filhos de Sepé**. Porto Alegre, INCRA, 2004. mimeografado.
- MAYER, A.C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 127-158.
- MELLO, P. F. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006a.
- MELLO, P.F. **As ações de desenvolvimento nos assentamentos: para além da inovação, a velha agenda**. In: BOTELHO FILHO, F. B. (Org.). **Complexo agroindustrial e outros estudos**. Brasília, Centro de estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. V6. n. 26, 2006b.
- MELLO, P. F.; MIELITZ NETTO, C. G. A. O assentamento rururbano e a reforma agrária na atualidade brasileira. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA E

ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** . Ribeirão Preto: FEARP/USP, PENSA/USP, 2005. Não paginado, CD-ROM.

MELLO, P.F; SANTOS, A. N. dos. Assentamentos do Rio Grande do Sul: um retrato atual. CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7., 2007, Fortaleza. **Anais...** . Fortaleza: SBSP/EMBRAPA, 2007. Não paginado, CD-ROM.

NAVARRO, Z. S. In search of a cultural interpretation of power: the contribution of Pierre Bourdieu. **IDS Bulletin**, Brighton, 37 (6), p.11-22, nov 2006.

PLOEG, J.D.van der; RENTING, H.; BRUNORI, G.; KNICKEL, K.; MANNION, J.; MARDSEN, T.; ROEST, K de; SEVILLA-GUZMÁN, E.; VENTURA, F. Rural development: from practices and policies toward theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-408, out 2000.

SABOURIN, E. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas**. Tomo, São Cristóvão, SE, n.7, p. 75-104, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STENGERS, I. La proposition cosmopolitique. In: LOLIVE, J.; SOUBEYRAN, O. **L'émergence des cosmopolitiques**. Paris: Editions La Découverte, 2007.

WOLF, E. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. (Org.). **Antropologia e poder**. Brasília: UNB, 2003. p. 93-113.